

Rio


**SUPSTOLIGAÇÃO COM MILÍCIA**  
**Polícia Federal indiciou Lucinha**

Deputada é acusada de beneficiar integrantes de quadrilha em seu distrito eleitoral



# A DÍVIDA DA DISCÓRDIA

## AGU pede mais tempo ao STF para a União apresentar dados sobre os gastos do Rio

 THIAGO BARCELLOS, DANIEL GILBERTO, FELIPE GUERINBERG E LUIZ ERNESTO MAGALHÃES  
 @thiagobarcellos, @danielgilberto, @felipecg, @luizernestomg

**D**e um lado, o Estado do Rio; do outro, o governo federal. E, no centro de uma avalanche de números, uma dívida bilionária. A discussão sobre o pagamento do passivo de R\$ 192 bilhões levou o Palácio Guanabara a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Advocacia-Geral da União (AGU) reagiu e solicitou ao relator, ministro Dias Toffi, que não tome qualquer decisão antes de analisar os dados que a União vai apresentar. O Ministério da Fazenda pretende mostrar que o estado violou regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que o governador Cláudio Castro tem negado.

Ação impetrada pelo Rio pede a suspensão do pagamento da dívida até que seja realizado um novo cálculo, sem que haja a cobrança de juros. A AGU afirma que o pedido apresenta "complexidade" e que há um "longo histórico de alterações do regime jurídico da dívida", incluindo renegociações e judicializações. Por isso, sugere ao relator que espere a discussão do mérito da ação. Para a AGU, o governo fluminense não apresentou "nenhum dano concreto iminente" que justifique uma decisão liminar.

**JUROS SOBRE JUROS**  
A correção da dívida do Rio se dá hoje pelo IPCA (ou pela Taxa Selic, o que for mais baixo) mais 4% de juros ao ano. As regras estão na atual versão do regime, assinado por Cláudio Castro em 2022. Desde o ano passado, o governo do Rio vem tentando renegociar com a União novos termos, alegando que os juros deixam o passivo impagável. Após meses de conversas em Brasília, sem desfecho positivo, Castro decidiu ir ao STF. Segundo o governador, com esse critério de correção, o estado pode enfrentar dificuldade para pagar ao funcionalismo em 2026, repetindo o caos financeiro de 2016.

O Tesouro Nacional levantou que, apesar de vedado pelo RRF, o governo do estado concedeu uma série de reajustes salariais e outros benefícios para o funcionalismo entre 2021 e 2023, que elevaram de 51% para 60% o comprometimento de suas receitas com a folha de pagamento. O gasto anual com salários e aposentadorias subiu de R\$ 46,7 bilhões para R\$ 61,4 bilhões nesse período, uma alta de 32%. Esse salto não foi coberto pelo crescimento da receita corrente, que foi de cerca de R\$ 9 bilhões, segundo o Tesouro.

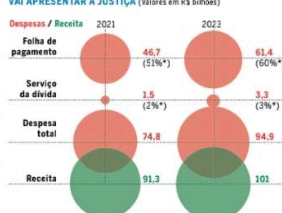
O crescimento das despesas com pessoal foi um dos motivos que levaram o Rio a re-



De cima para baixo: O Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio; Cláudio Castro busca no STF renegociar o pagamento da dívida com a União

### COMO ESTÁ O CAIXA DO RIO

#### DADOS QUE A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL VAI APRESENTAR À JUSTIÇA (Valores em R\$ bilhões)

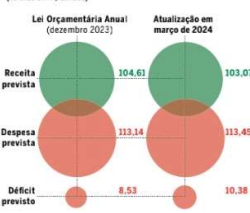


#### AValiação DO CONSELHO (Valores em R\$)

Relatório do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, relativo ao último semestre de 2023, aponta um impacto de **R\$ 3 bilhões** por ano nos cofres do estado, causado por violações às regras previstas no acordo. A seguir, as medidas consideradas irregulares pelo conselho:

- Revisão do plano de cargos de servidores da Saúde: **197,3 milhões** (junho de 2021)
- Auxílio-educação para filhos de servidores da Uerj: **5,3 milhões** (2021)
- Auxílio tecnológico para os servidores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Unifor): **6,2 milhões** (2021)
- Mudanças nas regras para a concessão de aposentadorias na PM e no Corpo de Bombeiros: **1,493 bilhão** (2021)

#### DEFICIT QUE CRESCE (Valores em R\$ bilhões)



- Auxílio-saque para servidores da Uerj: **8,4 milhões** (2022)
- Adicional de qualificação para inspetores penitenciários: **33,3 milhões** (2022)
- Mudanças nas regras de gratificação da Polícia Civil: **366,1 milhões** (2022)
- Novo plano de cargos e salários dos servidores da Justiça: **436,6 milhões**
- Aumento do auxílio-transporte para servidores da Secretaria Estadual de Educação: **114,6 milhões**
- Auxílio-educação para servidores da Uerj: **21,7 milhões**
- Gratificações para servidores da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária: **79,6 milhões**
- Recomposição dos salários dos servidores públicos: **285,5 milhões**
- Reajuste dos subsídios para servidores da magistratura: **28,1 milhões**

as regras do regime — elevaram as despesas em R\$ 3 bilhões por ano.

O maior impacto considerado irregular pela União foi um aumento de 15% a 18% para policiais militares e bombeiros — R\$ 1,49 bilhão por ano. Castro alega que foi preciso conceder esse reajuste para incentivar dez mil agentes que já tinham condições de passar para a reserva e permanecerem na ativa. A preocupação era que todos deixassem a carreira para escapar da Lei de Seguridade dos Militares, aprovada pelo governo federal, que aumentou o tempo mínimo de serviço de 30 para 35 anos.

O Relatório Semestral de Avaliação do Regime de Recuperação Fiscal aponta outras categorias da área de Segurança Pública beneficiadas com reajustes. Em 2022, os agentes do Departamento Geral de Apêndices Socioeducativas (Degase), por exemplo, passaram a receber uma gratificação que pode chegar a 100% do salário base. Na prática, isso representou um aumento de 18% na folha da categoria, o equivalente a R\$ 33 milhões por ano.

#### GRATIFICAÇÃO DE 105%

Agentes da Polícia Civil que fazem cursos de aperfeiçoamento também receberam aumento de gratificações. Esse percentual, que até então era limitado a 30% do salário base, passou a ser de 105%. Isso gerou despesas extras de R\$ 366,1 milhões por ano.

A despesa anual do estado com a folha subiu R\$ 285,5 milhões por ano após a concessão de recomposição salarial para todos os servidores. Os gastos se estenderam à administração indireta. Em nota, o governo informou que "a recomposição de perdas inflacionárias dos salários dos servidores do Poder Executivo, concedida em 2022 e 2023, está prevista na Constituição e foi paga com o conhecimento do Conselho de Supervisão do RRF".

O relatório indicou ainda como irregular a despesa de R\$ 35,4 milhões por ano criada por três resoluções que concederam auxílios nas áreas de saúde e educação para os funcionários da Uerj e seus filhos. Outro ponto citado foi o reajuste de subsídios concedidos a magistrados: um aumento de R\$ 28,1 milhões por ano.

Por trás da busca da renegociação da dívida, está um caixa no vermelho. O governo do estado previu, em dezembro, na Lei Orçamentária Anual, um rombo de R\$ 8,5 bilhões para este ano. Numa revisão das contas feita pelo próprio governo em março, o déficit estimado subiu para R\$ 10,38 bilhões — um aumento de 21,6%. O número foi recalculado diante da queda de R\$ 1,5 bilhão das receitas e do crescimento de R\$ 31,2 milhões das despesas.

**"No setor público, nada é de graça. Se ele arrecada mais, é porque a população está pagando mais. O problema precisa começar pelo gasto"**

**Raul Velloso**, economista, especialista em contas públicas

bera a pior nota entre os estados que aderiram ao novo RRF. Enquanto Goiás e Rio Grande do Sul receberam o melhor conceito (A) numa avaliação que vai de D, o Rio, que se encontra no regime desde 2017, recebeu C, indicando que pode ter dificuldades para honrar seus compromissos.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, diz que é preciso superar a discussão de "transferir o problema" dos estados para a União.

—No setor público, nada é de graça. Se ele arrecada mais, é porque a população

está pagando mais. O problema precisa começar pelo gasto, como o gasto previdenciário. Não adianta colocar uma dívida gigantesca nas costas da União — diz.

Na segunda-feira, a dívida gerou um embate entre Castro e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, que criticou os reajustes concedidos a servidores do Rio. O governador, por sua vez, disse que o integrante do governo federal falou "uma bobagem sem tamanho", argumentando que o cerne do problema está na queda de arrecadação provocada pelas

Leis Complementares 192 e 194, que limitaram a alíquota do ICMS sobre combustíveis e energia em 18%. Até então, o Rio cobrava 32%.

De acordo com o governo federal, só de 2021 para 2022, os gastos com pessoal no estado subiram 21%. Essas despesas foram descritas em um relatório divulgado na semana passada pelo Conselho de Supervisão do RRF. Segundo o documento, que traz dados consolidados até dezembro de 2023, 13 leis, portarias e resoluções — que, no entendimento da União, estariam em desacordo com